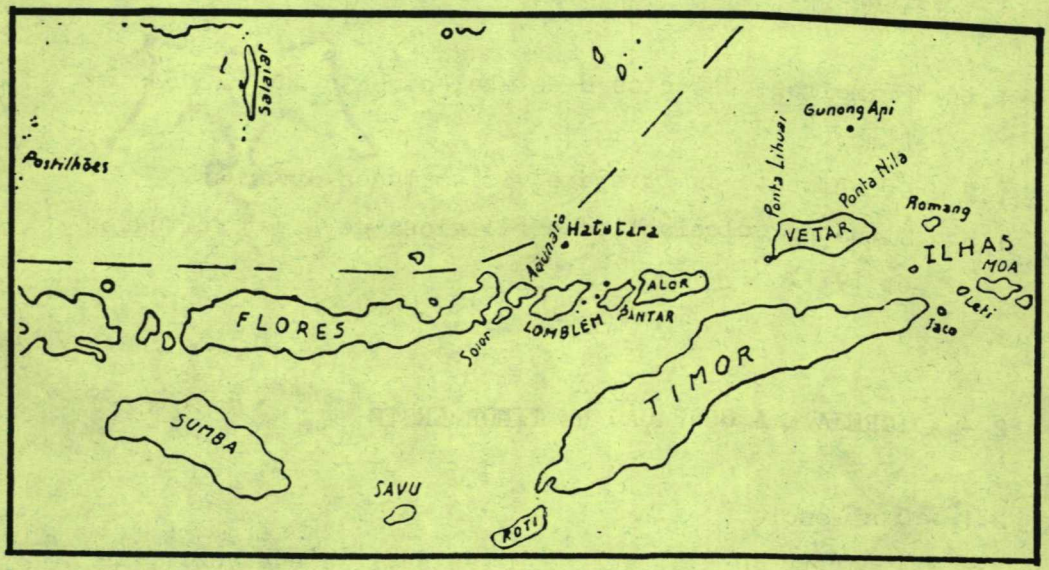
TL356

A IGREJA CATOLICA

E

TIMOR-LESTE



DOCUMENTO DE BASE PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO POVO DE TIMOR-LESTE, E O PAPEL DA IGREJA: - LEIGOS, PADRES, HIERARQUIA CATÓLICA E MOVIMENTOS CRISTÃOS.

PORTO, 1987

SUMÁRIO:.

1 - INTRODUÇÃO HISTÓRICA

1.1 - Primeiros contactos e estabelecimento das missões em Timor.

1.2 - Crescimento da Igreja e vicissitudes diversas.

1.3 - Situação eclesiástica e religiosa de Timor Português em 1971.

2 - A IGREJA E A OCUPAÇÃO DE TIMOR-LESTE

2.1 - O silêncio.

2.2 - A partir de 1981 a Igreja faz ouvir a sua voz.

2.3 - Estado recente da Igreja em Timor.

2.4 - Os problemas da pequena minoria católica indonésia e os interesses da Igreja naquela região levam a atitudes ambíguas da mesma.

- **Ultima hora**

- PAZ E JUSTIÇA PARA TIMOR-LESTE

1 - INTRODUÇÃO HISTÓRICA

1.1 - Os primeiros contactos e estabelecimento das missões em timor

Treze anos depois de Vasco da Gama ter chegado à India (em 1498), isto é, em 1511, Afonso de Albuquerque conquista Malaca o principal porto de passagem quase obrigatória, que controlava o comércio com o Extremo-Oriente, nomeadamente com as ilhas das especiarias e com a China.

Logo nesse ano, o mesmo Afonso de Albuquerque manda uma expedição naval, chefiada por António de Abreu, às ilhas Malucas ou Molucas, principal centro produtor das especiarias, nomeadamente do cravo.

É assim que, em princípios de 1512, António de Abreu, a caminho das Molucas pára na ilha de Solor, muito próxima das Flores, e a cerca de 100Km a nordeste de Timor. Dado que o objectivo da viagem eram as ilhas Molucas, cujas especiarias já eram conhecidas na Europa onde os Arabes as faziam chegar via Médio Oriente, India e Malaca, e não o sândalo (que já se sabia provir de Timor), António de Abreu passou ao largo, sem tocar nesta ilha.

Só em 1515 é que os primeiros Portugueses terão desembarcado em Timor, e só cerca de 1530 se terão fixado na ilha. Admite-se que fossem missionários franciscanos esses primeiros habitantes Europeus (Portugueses) de Timor, embora se desconheçam os seus nomes.

Provavelmente manteriam contactos mais ou menos esporádicos com outros Portugueses já fixados em Sabor e nas Flores.

Em 1556 o Padre António Taveira é o primeiro dominicano a penetrar em Timor.

Em 1558 é criada a diocese de Malaca, sendo nomeado seu primeiro bispo Frei D. Jorge de Santa Luzia O.P. (dominicano), que chega a esta cidade portuária no ano seguinte, acompanhado de numerosos missionários dominicanos. Por essa altura, ou um pouco antes, um rei de Timor já convertido ao cristianismo, escrevera para a diocese de Goa a pedir o envio de algum padre para converter o resto do povo de seu reino.

Em 1561 Frei António da Cruz é enviado, com mais 12 dominicanos, para as ilhas de Solor e Timor, iniciando, assim, a missionação sistemática das três ilhas: Solor, Flores e Timor. Para vários autores 1561 é a data do início do estabelecimento de missões em Timor embora, de facto, já antes tivessem lá estado missionários e feito conversões.

De notar que, de acordo com o espírito da época, a conversão dos reis locais, significava também tornarem-se vassalos do Rei de Portugal. Aliás as contingências dos tempos e a índole guerreira

destes povos levou os missionários a construir não apenas igrejas, mas também fortalezas, e a empenharem-se, alguns deles, na própria guerra.

1.2 - Crescimento da Igreja e vicissitudes diversas

O período de 1561 a 1834 é considerado como a época aurea das missões de Timor. Estas passam, no entanto, por vicissitudes diversas, em que conflitos políticos se misturam (e nalguns casos se sobrepõem) a lutas religiosas.

Em 1598, quando Portugal era governado por um dos reis Filipe de Espanha, dá-se a primeira grande revolta contra os portugueses e os cristãos das ilhas das Flores, Solor e Timor.

Muitas das 18 igrejas de Solor e Flores foram destruídas, por povos gentios ou muçulmanos que rejeitavam o cristianismo e a soberania do Rei de Portugal. Cerca de 25 mil católicos (na grande maioria autóctones) terão perecido na luta, que se prolongou por mais de seis meses, até Março de 1599.

No início do Século XVII aparecem os protestantes holandeses nestas paragens, criando novos problemas, ao atacarem e conquistarem fortalezas portuguesas. Foi o que a aconteceu em 1605, quando os Holandeses conquistaram as praças de Amboino e de Tidore. Em 1613 caiu nas suas mãos, também a de Solor.

Entre 1614 e 1631 os padres Frei Miguel Rangel e Frei Cristovão Rangel, mais dozę companheiros dominicanos reconstituem as cristandades das ilhas das Flores, Solor e Timor.

Em 1631 fixa-se em Timor o Comissário da Ordem, Frei António de S. Jacinto O.P. que permanece no governo de Solor e Timor até cerca de 1644.

Em 1641, enquanto em Portugal se luta pela restauração da independência, Malaca é tomada pelos holandeses, e o seu bispo transfere-se para Timor.

Em 1662 a sede da soberania é fixada em Lifau, no Oe-Cussi, em Timor (mais tarde tornado enclave português no Timor Holandês, à medida que os holandeses (protestantes) vão conquistando terreno nesta ilha.

Só em 1701 é que se faz a separação do poder civil do poder eclesiástico, ao ser nomeado o primeiro Governador de Solor, Flores e Timor, o General António Coelho Guerreiro. Este depende do Governador Geral da India e chega a Larantuca (na ilha das Flores) cerca de cento e cinquenta anos depois da fixação de missionários portugueses em Timor.

Em 1769, depois de Lifau ter sofrido um penoso cerco por populações indígenas apoiadas pelos holandeses, a capital é transferida para

Dili, terra pouco salubre mas com uma baía que formava um bom porto natural.

Em 1834, na sequência do triunfo da revolução liberal, são expulsos todos os religiosos de Timor, ficando apenas dois padres (seculares?) no território. O bloqueio à missionação mantem-se até 1874.

Nesse ano (1874) Timor passa a depender do bispo de Macau. Trinta anos antes (1844) os governos de Macau e de Timor já se tinham tornado autónomos do Governo Geral da India, ficando Timor como distrito dependente de Macau.

Em 1877 chega a Timor o Padre António Joaquim de Medeiros, na qualidade de Vigário Geral e Superior das Missões, e que leva consigo sete padres do Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim. Vai ser ele o principal obreiro da reconstrução destas em Timor.

Em 1879 chegam ao território as primeiras Filhas de Caridade Canossianas (ou Irmãs da Caridade), que criam uma escola e um internato para meninas. Este último dura pouco tempo, porque o poder político opõe-se à existência destes internatos e em 1881 obriga à sua eliminação.

Em 1880 é criado o 1º colégio-internato para rapazes em Lahane (arredores de Dili).

O Padre António de Medeiros é nomeado Bispo Coadjutor de Goa em 1881 e feito Bispo de Macau em 1885.

Em 1896 Timor é constituído em distrito autónomo, separando-se o seu governo do de Macau.

Em 1900 entram em Timor os Jesuítas, que fundam, em 1903, o colégio masculino de Soibada.

Em 1905 abre o colégio feminino de Soibada.

Em 1910, na sequência da implantação da República, surgem novas dificuldades para as missões. O número de padres, em Timor, passa de 22 para 10. As religiosas Canossianas são obrigadas a fechar as suas escolas (onde tinham 400 alunas) e a abandonar Timor, onde só regressam em 1923.

Em 1920 é nomeado bispo de Macau e de Timor D. José da Costa Nunes (1920 a 1940) que além de criar várias missões, fundar e construir Igrejas, cria escolas de professores catequistas, de grande importância para o desenvolvimento religioso e educacional das populações.

Em 1940 é assinado o Acordo Missionário, entre Portugal e a Santa Sé. Ao mesmo tempo é criada a diocese de Dili e nomeado seu Administrador Apostólico D. Jaime Garcia Goulart, padre açoreano que missionava em Timor desde 1924.

Durante a ocupação japonesa, na II Guerra Mundial (de 1942 a 1945) D. Jaime Goulart refugia-se na Austrália, onde é sagrado bispo de

Timor em 1945.

Em Fevereiro de 1967 D. Jaime Goulart resigna e é substituído pelo 2º bispo de Timor D. José Joaquim Ribeiro.

Em Outubro de 1977 (cerca de dois anos depois da invasão indonésia) D. José Joaquim Ribeiro resigna, sendo nomeado Administrador Apostólico de Dili Monsenhor Martinho da Costa Lopes, que fica na directa dependência de Roma (e já não ligado à Conferência Episcopal Portuguesa).

Em Maio de 1983 Monsenhor Costa Lopes é "aconselhado" pela Santa Sé a resignar e substituído por um jovem padre Salesiano, Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo.

1.3 - Situação Eclesiástica e Religiosa de Timor Português em 1971 (1)

Em 1971 a diocese de Dili estava dividida em três paróquias, 15 missões e 65 estações missionárias.

O número de sacerdotes era de 42, sendo 31 diocesianos e 11 missionários. Dos 31 padres diocesianos 13 eram timorenses, e os restantes 18 europeus, indianos ou de origem chinesa. Dos 11 padres missionários três eram jesuítas e oito salesianos.

O número de irmãos religiosos era de 10 (3 jesuítas e 7 salesianos). o número de irmãs religiosas ascendia a 49 - 30 canossianas, 12 dominicanas e 7 Servas da Sagrada Família. Além disso havia 173 catequistas e 168 professores nas escolas das missões.

A Igreja tinha seu cargo:
- Um seminário menor;
- Quatro colégios masculinos;
- Quatro colégios femininos;
- Sete escolas masculinas;
- Três escolas femininas;
- Duas escolas mistas;
- Dezasseis postos escolares masculinos;
- Cinco postos escolares femininos;
- Sete postos escolares mistos.

O número total de seminaristas era de 140. A Filosofia era tirada no Seminário de Évora e a Teologia no de Leiria.

Numa população total recenseada (em 1970) de 628.842 havia 196.861 católicos (31,3%); 2.227 protestantes (0,3%); 234 maometanos (0,04%), 5.942 budistas (0,95%), sobretudo entre a comunidade chinesa, e os restantes (67,4%) eram animistas.

O número de catenímenos ascendia a 15.950, nessa altura (1971).

2 - A IGREJA E A OCUPAÇÃO DE TIMOR-LESTE

2.1 - O Silêncio

Quando a Indonésia invadiu Timor-Leste, a maior parte da população fugiu das principais vilas e cidades, refugiando-se no interior, defendida pelas forças nacionalistas da Fretilin. Quase todos os dirigentes nacionalistas tinham passado ou pelo colégio das missões (jesuítas) de Soibada, ou pelo seminário (diocesano) ou por ambos.

Seis sacerdotes católicos acompanharam estas populações. Entre eles contava-se o Padre Leoneto do Rego, Superior da Missão e Director do Colégio de Soibada, açoreano, que viveu no interior durante três anos (até Dezembro de 1978) e foi uma das principais testemunhas da forma como a maior parte da população do território viveu nesses três anos.

Foi na sequência de muitos meses de ataques sistemáticos com napalme, desfolhantes e bombas, com os quais os indonésios destruíram praticamente todas as culturas e gados, e mataram mais de uma centena de milhar de pessoas, que a própria Fretilin aconselhou a população sobrevivente, esfomeada, a entregar-se. E foi nessa altura que se entregou o Padre Leoneto do Rego, um dia antes do Presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, morrer em combate.

Até ao Padre Leoneto do Rego apresentar o seu testemunho no Tribunal Permanente dos Povos, em Lisboa, em Junho de 1981, quase não se ouviu qualquer voz da Igreja a falar de Timor-Leste.

A este silêncio não será estranha a posição da Igreja Indonésia, e nomeadamente dos seus bispos, e do Núncio Apostólico em Jakarta. Com efeito, um e outro, tentaram convencer o bispo de Dili, D. José Joaquim Ribeiro, de que a Igreja nada tinha a temer com a integração de Timor na Indonésia.

Talvez se possa compreender essa atitude se nos lembrarmos de que a Indonésia é a mais populosa nação islâmica do mundo (cerca de 140 milhões de muçulmanos numa população da ordem dos 160 milhões de habitantes), e os católicos não são mais do que 2% do total.

Os cerca de duzentos mil católicos de Timor apareciam aos olhos destes bispos e do próprio Núncio, como um reforço da pequena minoria do país...

O próprio D. José Joaquim Ribeiro recebeu os invasores como se de libertadores se tratasse, e como tal os referiu em diversas homilias.

Com o seu anticomunismo primário, este bispo começa por justificar uma invasão e uma ocupação injustificáveis, acabando num pessimismo e

num cepticismo enormes quando se apercebeu, - tarde de mais - do género de "libertadores" que tinham invadido Timor. Os seus protestos pelos massacres perpetrados pelas forças de ocupação, a protecção que deu a muitos perseguidos, alguns dos quais salvou de morrerem assassinados às mãos dos indonésios, não ultrapassaram as barreiras de Timor.

Ao deixar a ilha em Outubro de 1977, D. José Ribeiro permanece num pessimismo, quase silencioso, mas que parece ter contagiado a hierarquia católica portuguesa.

Entretanto em 1976, quando controlava uma pequenísssima parte do território e da população, a Indonésia criou uma pseudo-Assembleia Popular Representativa composta de 37 timorenses escolhidos a dedo pelos ocupantes (e não eleitos) que "pediram" a integração de Timor-Leste na Indonésia, o que o Parlamento deste país "aceitou", por unanimidade em 15 de Julho. Em 17 de Julho de 1976 o Presidente Suharto promulgou a Lei da "integração" a que até hoje as Nações Unidas nunca reconheceram qualquer validade.

Apesar da posição da Igreja Indonésia ser favorável à integração, em Novembro de 1976 um delegação de padres indonésios que visitou Timor nessa altura escreveu um relatório (mais tarde publicado na Austrália) em que afirmam ("3" p 25):

"80% do território de Timor-Leste está controlado pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente - movimento progressista criado a seguir ao 25 de Abril e que comanda toda a resistência do povo de Timor contra a Indonésia.

O total de vilas e aldeias ocupadas pelas tropas indonésias ronda as 150.000 pessoas, num total de 650.000 habitantes. O que significa que 500.00 pessoas estão fora do seu controle.

As comunicações terrestres são muito difíceis para as tropas indonésias, que utilizam a maior parte das vezes apenas o helicóptero ou a marinha.

Disseram-nos que cerca de 60.000 timores tinham sido mortos até agora. Consideramos este número muito elevado porque isto significava que 16% da população tinha morrido. Mas quando referimos estes dados a dois padres de Dili eles disseram-nos que segundo as estimativas suas o número de mortos rondava os 100.000.

O desejo de integração na Indonésia começa a diminuir devido à má experiência da ocupação das forças invasoras (roubos, incêndios, violações de raparigas, etc.). Um exemplo: 5.000 pessoas desejavam as boas vindas às tropas da Indonésia em Amara. Agora existem apenas 1.000 pessoas na vila, porque o resto da população se juntou à

FRETILIN, nas montanhas".

Em princípios de 1978 duas Irmãs Dominicanas que tinham sido missionárias em Timor divulgam, pela primeira vez, uma carta escrita em Novembro de 1977 por outro missionário que estava em Timor, e em que este afirma entre outras coisas ("3" p 29).

"Fazei algo de positivo pela liberdade do povo de Timor. O mundo ignora-nos e é pena... estamos a caminho de um eminente genocídio. Até fins de Dezembro próximo a guerra promete ser "carnificina", extermínio. Toda a juventude válida de Timor (30% da população) está no mato; os indonésios só controlam as vilas, numa circuferência de 1 a 2 Km. Pedi aos homens amantes da justiça para que salvem Timor (...)".

Tirando este documento, a custo divulgado, o silêncio da Igreja (e não só) é total!...

2.2 - A partir de 1981 a Igreja faz ouvir a sua Voz

Quando em 31 de Dezembro de 1978 o 2º Presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, morreu em combate, a situação desta era dramática:.

- 80% dos membros do Conselho Superior da Luta tinham morrido;
- Do Comité Central da Fretilin, que tivera cerca de 50 membros, restavam três;
- 80% das Falintil (Forças Armadas da Fretilin) tinham morrido;
- Mais de 90% das armas caíram nas mãos do ocupante;
- As ligações entre grupos da resistência sobreviventes e destes ao exterior estavam cortadas.

Julgando-se com a guerra ganha, as tropas indonésias dão largas à sua brutalidade. As promessas de amnistia que fazem não são senão embustes para fazer assassinatos em massa e massacres onde as cenas mais horrorosas de tortura, violação e bestialidade são incentivadas pelos generais e ministros indonésios, para que o terror sirva de lição e evite quaisquer laivos de resistência.

Grande parte dos sacerdotes e missionários de Timor toma, então, atitudes corajosas de defesa do povo contra tais atrocidades. Como diz um missionário, num "Relatório deste triste cativeiro", com notícias do período de Julho de 1978 até Junho de 1981, de que citamos partes ("3" p 46 e seguintes):

"No dia 23 de Novembro de 1978 na montanha de Uadaboro uma das Cordilheiras de Matebia situado na parte leste da ilha de Timor-Leste foram mortas a rajada de metralhadora cerca de 500 pessoas, inclusivamente mulheres grávidas, crianças de todas as idades, adultos e velhos quando se vieram render confiando nas propagandas aliciantes feitas pelos indonésios que diziam vir apenas para ajudar o Povo de Timor, e para o seu progresso".

"O mesmo aconteceu em Taipo onde 300 pessoas foram mortas do mesmo modo, bem como em quase todas as partes da província embora em pequeno número".

"As mulheres novas, solteiras e casadas, eram isoladas em cabanas e forçadas a praticar actos sexuais com os soldados javaneses. Quando resistiam eram então despidas e queimadas com pontas de cigarros. A maioria delas, como nem às torturas cedessem, depois de violentadas, eram fusiladas".

"Várias mulheres casadas eram amarradas juntamente com os maridos e depois de violadas diante deles, eram ambos abatidos".

"Os rapazes e homens válidos, na maioria eram convocados para acompanhar os soldados na caça dos guerrilheiros da libertação e ao chegar ao meio dos matagais, eram fusilados, informando-se os familiares que tinham fugido para o mato".

"No Posto de Uatolári do Concelho de Viqueque foram exterminados todos os rapazes com a habilitação mínima de 2ª classe da Instrução Primária para cima. Outras vezes, os fuzilamentos faziam-se à frente dos familiares, dos pais, ou esposas".

(...)

"Nos bombardeamentos aéreos são utilizados vários tipos de bombas sem excluir as de napalme, em ataques cerrados, na maioria das vezes sobre lugares onde se concentrava mais a população, no sopé da montanha de Matebia onde, num dia, lançaram cerca de 600 a 700 bombas".

(...)

"As torturas são de vários tipos, e inacreditáveis: o ferro em brasa, as cadeiras eléctricas, as pontas de cigarro, o arrancar de unhas com alicates, golpes com lâminas, meter os dedos dos pés debaixo das pernas das mesas com grandes pesos em cima etc., com o fim de conseguirem informções ou para obrigar a denunciar os que se mantêm mais firmes no ideal patriótico".

"Durante estas torturas as vítimas encontram-se nuas e as queimaduras são feitas em todas as partes do corpo e principalmente nos orgãos sexuais".

"As mulheres aprisionadas são forçadas de noite a praticar relações sexuais com todos os soldados do posto de segurança, mas muitas

preferem morrer antes de pecar como sucedeu com Rosa Bonaparte e Maria Goreti e muitas outras".

(...)

"Apenas o Clero tem trabalhado, para ajudar o infeliz povo de Timor-Leste em todos os sectores. Graças à Igreja de Timor, o resto da população tem conseguido sobreviver".

"Há sacerdotes que com coragem enfrentam as armas intercedendo junto dos assassinos pala vida de centenas de milhares de inocentes mesmo já no momento de serem fuzilados".

O efeito de tanta desumanidade e bestialidade foi contrário ao esperado pelos generais indonésios. A revolta aumentou e enraizou-se no coração dos timores; a resistência reorganiza-se e a guerrilha - única alternativa de um povo barbaramente massacrado - recrudesceu. O Administrador Apostólico de Dili não pôde ficar mais tempo calado e, alguns anos depois, até os bispos portugueses e o Papa quebraram o silêncio.

Em Outubro de 1981 um missionário escreve ("3" p 55 e seguintes):

"(...) Duas grandes verdades: é gente (Governo) capaz de genocídio... e que só temem uma coisa: a condenação pública universal ..."

E mais adiante:

"Nestes dias passados chegaram muitos civis (adultos e crianças) doentes e feridos, das marchas forçadas, para defenderem a tropa indonésia. Vão para o hospital mas não há camas suficientes. Esta pobre gente vem sobretudo das montanhas à volta dos picos da Lacluta. Ali tem estado, nas últimas semanas, o exército indonésio a fazer de novo massacres em massa. Além daquele indicado antes (2 de Setembro, de manhã) outros numerosos se têm estado a efectuar. Muitos dos populares que têm estado a presenciar forçadamente aquelas matanças, têm fugido enlouquecidos, não podendo aguentar mais tais brutalidades do exército indonésio contra mulheres e crianças: as crianças são esmagadas, esborrachadas diante de toda a gente; as mulheres grávidas são esfaqueadas e as crianças a palpitar são esmagadas pelo exército indonésio. As pessoas são ameaçadas de morte imediata se informam alguém de que viram o exército indonésio fazer brutalidade contra as mulheres e crianças. Mas as pessoas não suportam mais estar caladas, e correm ao Bispo a desabafar o seu horror e a sua alucinação, mesmo afirmando que já não se importam de morrer".

De facto, como conta um missionário, as atrocidades eram de enlouquecer qualquer pessoa:

"Referem também que repetiram o que se soube fizeram o ano passado: a crianças pequenas, agarravam-se as pernitas e giravam com elas para lhes esborrachar o craneo contra as pedras. Um outro refere: tal pessoa de D. vendo um massacre da mãe de um petiz, pediu para ficar com ele; de momento deixaram; depois, mandaram formar aquele grupo; pegaram naquela criança e mataram-na; depois puxaram pelo "imprudente" benfeitor e ali também o mataram; a outro que também pediu outra criança, não lhe deram ouvidos os militares indonésios e, diante dele, esmagaram a criancita inocente. E um militar indonésio abriu a boca, mostrou os tais dentes para sorrir e proferiu esta sentença de sabedoria javanesa para o aterrado timorense: "você quando limpa a horta não mata todas as cobras, pequenas e grandes?"...

"Ameaçaram toda a gente que seriam mortos se contassem o que viram pelos vários sítios".

E o pior é que nem sequer se tratava dos excessos próprios de qualquer guerra, mas sim de um horror calculado, prolongado. E o mesmo missionário que afirma:

"Toda esta gente voltou para as suas casas a remoer nos seus corações o horror que foram forçados a observar: grupos de pessoas que se rendiam, massacrados à rajada ou esfaqeados, crianças de todas as idades foram esquartejadas,as mães degoladas, as mulheres grávidas esfaqueadas e os bébés que esperavam nascer, esmagados ou esquartejados ou, morta a mãe e rasgado o ventre, fica o nascituro a morrer aos poucos na sua própria mãe cadáver. Parece que toda esta bacanal de sangue estava bem estudada e planeada. Não foi de modo nenhum a fúria louca da guerra; na verdade, naquela data precisa, em que se iam perpetrar aqueles massacres, compareceram em Baucau, bem perto do local do grande holocausto dos inocentes, os cérebros mais responsáveis dos altos comandos indonésios: ministro da Defesa Jusuf e o ministro Ali Murtopo. Dada a luz verde, seguiu-se o massacre."

"Contaram testemunhas que até alguns soldados indonésios choraram perante tamanho horror. Talvez se tenham lembrado de suas mulheres e de seus próprios filhos..."

"É bem revelador do nível moral desta tropa o que se ouve a oficiais indonésios: "nós também fizemos já assim, em Java, no Borneu, nas Calebes, no Irian Jaia... e deu resultado". Isto é o terror submeteu os povos. Dizem eles que, lá naquelas terras, naquelas repressões, terão morto três milhões de pessoas... E os governantes

ainda são os mesmos de então."

"É evidente que um tal massacre executado perante representantes de todos os concelhos de Timor assumia uma gravidade terrível".

"Quiseram os desígnios do Altíssimo a realização da costumada grande procissão diocesana do dia 13 de Outubro, em honra de N.S. de Fátima. Ali o Povo de Deus e o seu Pastor oraram e choraram pela grande Paixão e martírio dos seus mártires. Ali, aos pés da bela estátua da Imaculada, fez-se ouvir pela primeira vez a voz calma e sincera da Igreja e das pessoas de boa vontade: a reprovação do grande massacre realizado em vários locais de Timor, principalmente junto da Vila de Lacluta".

"Mesmo os comandos indonésios reconhecem que é verdade tais massacres. Não queriam, porém,que se soubesse; contavam mesmo com a boa compreensão da Igreja para ocultar ao povo tal massacre..."

"O Povo está mais unido com o Bispo. Os militares indonésios, porém, vendo-se denunciados perante a comunidade internacional, pretendem eliminar, dissimuladamente, a vida do Bispo e de alguns Padres e estão a desencadear uma montada campanha de difamação da Igreja e do clero. A multidão que estava diante do Bispo era de mas 15 000 pessoas que sintonizaram em pleno com o seu Bispo. É muito importante que tudo isto conste antes de eles matarem o Bispo: na verdade, diz-se aqui que o poderão eliminar, dissimulando um desastre".

É assim que, em 13 de Outubro de 1981, na procissão diocesana em honra de Nª Srª de Fátima D. Martinho da Costa Lopes com a sua corajosa atitude inicia uma nova fase do posicionamento da Igreja. A sua denúncia chega ao exterior, bem como os seus apelos de apoio alimentar e protecção para o martirizado povo de Timor-Leste.

Nesse mesmo ano de 1981 os religiosos de Timor-Leste são convidados a participar na reunião dos religiosos indonésios. Ao aceitar participar nessa reunião decidem levar um documento escrito "na base das reflexões profundas de todos nós, tanto no meio dos nossos grupos (comunidades cristãs) como entre todos nós (religiosos e religiosas)".

E escrevem:

"(...) As nossas ligações com a Igreja Universal, com os religiosos e o vasto mundo foram repentinamente cortadas. Somos religiosos de Timor Leste que, juntos com o nosso povo, fomos lançados no vazio e alienação durante 6 anos, até que nos tornámos a Igreja silenciosa de Timor Leste".

"Estamos conscientes de que estamos a ser persuadidos à ligação com a Igreja indonésia porque é a Igreja mais próxima e a que está

autorizada pelo governo e o exército a estreitar relações connosco. Esperamos que esta persuasão se desenvolva num sentido honesto, tanto do nosso lado, os religiosos de Timor Leste, como dos religiosos da Indonésia, ambos baseados numa fé que nos ajude a tornarmo-nos solidários na Igreja".

"Também confessamos que ainda não compreendemos porque razão a Igreja Indonésia e a Igreja Romana não declararam oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro. Vendo a extensão da tragédia do povo de Timor Leste, que se tem arrastado ao longo de 6 anos, fazendo um número de vítimas superiro a 200 000 pessoas, incidente conhecido em todo o mundo, ficamos assombrados com o silêncio que parece permitir que morramos abandonados. Por isso organizámos este diálogo com sinceridade de coração, esperando ser compreendidos ou, se necessário, perdoados na fé".

2.3 - Estado recente da Igreja em Timor

Para muitos timorenses a Igreja Católica foi o único refúgio onde se puderam acolher. Muitos foram salvos de ser massacrados pela intercessão de padres e religiosos ou religiosas das missões. Além disso, enquanto a Indonésia impõe a sua língua em todos os domínios, os padres e religiosos não indonésios continuam a usar o tetum (língua veícular de Timor-Leste) na liturgia e nas homilias. Os próprios catecismos que estes continuaram a usar são em tetum, ao contrário do que fazem os padres e religiosos indonésios, e os catequistas que o governo agora paga, para ensinarem em bahasa indonésio e usarem catecismos na língua do ocupante.

Por todos estes motivos, e como reacção à indoneização e à islamização que os invasores a certa altura tentaram, a generalidade de população de Timor acercou-se mais da Igreja. O número de católicos passou de 196 861 em 1971 (31,3%) para 438 000 em 1984 (80% da população, dada a grande diminuição desta provocada pela ocupação). O número de muçulmanos passou de 234 (em 1971) para cerca de 15 000, a maioria dos quais militares e funcionários indonésios.

Em 1986 o número de padres era o mesmo de 1971 (42), embora o número de católicos tivesse mais do que duplicado. Parte destes (9, em 1986, mas já bastantes mais em 1987) passam a ser indonésios.Com a introdução de religiosos indonésios do verbo Dimino, e a substituição de jesuítas portugueses por indonésios, com a entrada de 23 Servas da S. Família, também indonésias, e doutros religiosos e religiosas do país ocupante, e a proibição de entrada de missionários portugueses, de padres timorenses formados em Portugal ou, na maior parte dos

casos, de missionários doutros países, vai-se dando a indoneização da Igreja. Além disso o Governo Indonésio, através do seu Departamento Religioso, não só controla estas entradas e saídas de missionários, como também forma catecismos, fixa normas de ensino da catequese, e exerce pressões e ameaças ou oferece dinheiro para construção de igrejas ou obras sociais, consoante o comportamento dos padres.

A partir de 1984 os catequistas passam a ser formados na escola de catequistas (SPGAK) de Baucau, dirigida pelas religiosas indonésias da Congregação de Santa Ursula. Foi o estado indonésio que financiou inteiramente esta escola e paga as religiosas que nela ensinam. Também é o Estado que paga todos os cerca de 1000 catequistas que ensinam em Timor-Leste (dez mil rúpias por mês em 1986). Todos eles são considerados funcionários públicos. Aqueles que eram catequistas e se recusaram a aceitar as orientações do Governo Indonésio, veículadas através dos padres e das religiosas por este paga, tiveram que se demitir. Como se isto não fosse suficiente, a formação de padres e religiosos timorenses passa agora, necessariamente, por um período mais ou menos longo de preparação na Indonésia. As congregações religiosas que não tinham casas neste país, viram-se obrigadas a abri-las, ou a encontrar outras alternativas para a formação dos seus membros.

É nesta ordem de ideias que os seminaristas timorenses entretanto formados e consagrados padres em Portugal ou Roma, são impedidos de regressar a Timor. O Padre Carlos Filipe Ximenes Belo, actual Administrador Apostólico de Dili, foi uma exepção. Nascido numa das raríssimas famílias timorenses que apoiou a integração de Timor Leste na Indonésia, e dotado de grande "flexibilidade", foi o instrumento que Vaticano, de acordo com a Igreja e o Governo Indonésio, conseguiu arranjar para substituir Monsenhor Martinho Lopes, que a Igreja e o Governo deste país consideravam incómodo e indesejável.

2.4 - Os problemas da pequena minoria católica indonésia e os interesses da Igreja naquela região, levam a atitudes ambíguas da mesma

Já vimos atrás que a Igreja é extremamente minoritária na Indonésia, e que esta é a mais populosa nação islâmica do mundo. Apesar disso, o regime de Suharto não é um regime muçulmano, e o papel dos católicos, quer na vida cultural quer social e mesmo política, ultrapassa, em muito, o correspondente a esses 2%. Vários ministros e generais (nomeadamente o general Benny Murdani) são católicos. São católicas algumas das melhores universidades indonésias, como aquela que frequentavam os estudantes timorenses qu se refugiaram na

embaixada da Holanda e que o Governo, apesar das promessas iniciais, ainda não deixou sair da Indonésia.

Largos sectores islâmicos, que em 1965 apoiaram a subida ao poder de Suharto e participaram activamente na repressão e massacre dos comunistas, tornaram-se opositores ao regime. Muitos estão presos, e alguns foram mortos pelo exército indonésio. Foi o que aconteceu a Amir Biki, ex-líder do regimento de estudantes universitários muçulmanos que em 1966 colaborou na eliminação do PKI e no estabelecimento da Nova Ordem, e que, em Setembro de 1984, foi assassinado juntamente com cerca de sessenta outros muçulmanos, massacrados quando se manifestavam na zona portuária (Tanjung Priok) de Jakarta. Sobretudo a partir dessa altura, e da prisão de ex-ministros e generais de Suharto e do Reitor da Universidade Islâmica Missionária (julgados e condenados em 1985 e 1986), o regime teme cada vez mais, a crescente oposição muçulmana.

Para a combater procura apoio nos nacionalistas e nos cristãos, unidos (por imposição governamental) no PDI (Partido Democrático da Indonésia). Estes, que também receiam a implantação de um regime islâmico, dispõem-se a apoiar o General Suharto e o seu governo, desde que o poder relativo dos muçulmanos seja diminuído.

Não é por acaso que nas eleições indonésias de Abril de 1987 o PDI sobe de forma bem visível a sua votação (em relação à de 1982) e o PPP (coligação, também forçada de partidos muçulmanos) sofre uma grande baixa, de acordo com a vontade e as determinações de Suharto.

O regime dispõe-se, ainda, a conceder numerosas facilidades aos cristãos,quer no desenvolvimento das suas universidades e organizações sociais, quer abrindo as portas (finalmente) à entrada de missionários cristãos estrangeiros nalgumas regiões da Indonésia. Esta última medida foi anunciada pouco depois da vinda a Portugal do Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Casareli, em fins de Abril de 1987. A contrapartida que o regime de Suharto exige para todas estas facilidades é que a Igreja apoie a integração de Timor-Leste na Indonésia... Naturalmente que a possibilidade de alargar a sua influência na mais populosa nação islâmica do mundo é, para o Vaticano, uma oportunidade tentadora, que este não deseja perder. Sobretudo quando o regime de Suharto está enfraquecido e ameaçado,e quando,à falta de melhor alternativa (que ainda se não vislumbra) a islamização da Indonésia,embora pouco provável,não deixa de ser uma possibilidade,que atemoriza muita gente...

É neste contexto que se devem ver as ambiguidades da Igreja,os seus silêncios cúmplices, os seus avanços e recuos, as suas atitudes corajosas as suas traições ou cedências.

As negociações entre as partes interessadas não parece terem sido

fáceis nem lineares.

Em 1983, quando o Vaticano substituíu Monsenhor Martinho Lopes pelo salesiano Carlos Filipe Ximenes Belo, a Indonésia marcou pontos. Quando a Igreja falhou as suas tentativas de convencer a resistência a render-se e a aceitar uma vaga autonomia no quadro da Nação Indonésia, os ocupantes passaram a exercer mais pressões sobre os padres, catequistas e cristãos de Timor, ameaçando uns, prendendo outros, assassinando alguns. Essa fase parece coincidir com uma maior firmesa de Roma, e com a tomada de posição dos bispos portugueses em Março de 1984. Será só mera coincidência?

Depois vêm as ofertas de uma catedral para Dili, o apoio à construção de Igrejas, a hipótese de abrir uma Universidade Católica em Timor, facilidades para a Igreja na Indonésia, maior número de católicos no parlamento e em lugares-chave... e um regime cada vez mais podre e enfraquecido, para o qual os aliados e "amigos" ocidentais ainda não encontraram alternativa, e que, por isso, importa apoiar...

Em Maio de 1983 Ximenes Belo aceita um passaporte indonésio para reentrar em Timor. Todos os padres timorenses à exepção de dois, faltam à cerimónia em que o Núncio Apostólico o empossou no novo cargo. Apenas compareceram o secretário da diocese e outro padre timorense a quem obrigações específicas impediram completamente de faltar ao acto. Cerca de 16 meses depois é o próprio Ximenes Belo quem afirma à France Presse:

"- Receio uma javanização de Timor-Leste. Em Dili perguntamo-nos, muitas vezes: onde estão os timores?". Eles "vão tornar-se na sua própria terra, cidadãos de segunda classe".

E, em carta a Monsenhor Martinho Lopes, seu predecessor, escreve:

"Faça um apelo ao mundo livre para abrir os olhos perante as arbitrariedades de que são capazes os indonésios."...

Em 28 de Março de 1984 a Conferência Episcopal Portuguesa, em Nota do seu Concelho Permanente afirma, com toda a clareza:

"Não obstante implicações de outra natureza que poderiam inventariar-se, é ilusório pensar que, por detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada. Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num

genocídio físico, mas num genocídio, digamos, "cultural" este mais grave do que o primeiro, porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras."

E assume mesmo a sua quota parte de responsabilidade na eclosão deste sentimento ou consciência nacional ao afirmar, logo em seguida:

"No drama de Timor, a Igreja portuguesa sente-se de certo modo em causa, pela responsabilidade histórica que, embora indirectamente, lhe coube na eclosão da sua consciência nacional."

Conclui depois, essa nota do Concelho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, com um apelo à paz, lembrando ao mesmo tempo, o dever da Igreja fazer ouvir a sua voz:

"Convicta, ao mesmo tempo, da autoridade divina que lhe advém da sua missão específica e da autoridade humana que lhe advém da sua actuação histórica em Timor, a Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ele possa, por si, em paz e em liberdade, determinar o seu futuro."

Foi a primeira vez que a Conferência Episcopal Portuguesa se pronunciou sobre este tremendo drama. Mas a limpidez, a clareza e a firmeza com que o fez, são dignos de nota.

Em 7 de Julho de 1984 o Papa, ao receber o novo Embaixador da Indonésia no Vaticano, lembra-lhe "quão vivamente recomendou o respeito pelos direitos do homem" em Timor-Leste. E acrescenta o Santo Padre, no seu discurso:

"A Santa Sé continua a seguir a situação com preocupação, esperando que uma atenção muito particular seja dispensada, em todas as circunstâncias, à identidade étnica, religiosa e cultural das populações" deste território".

Por duas vezes foi o Papa ao Extremo Oriente, e de ambas as vezes se recusou a visitar a Indonésia (apesar de ter estado em países vizinhos desta) por causa dos problemas de Timor-Leste e do Irian Jaya.

As numerosas pressões de meios católicos indonésios e os insistentes convites do Governo de Suharto para receber o Santo Padre foram infrutíferos.

Para o Dia da paz, 1 de Janeiro de 1985, o Conselho Presbiteral da Diocese de Dili, em ligação com o Administrador Apostólico (Ximenes

Belo) elaborou um texto de reflexão. Destacamos em seguido, trechos das três partes principais deste importantíssimo documento:

1ª Parte: - PRINCÍPIOS DOUTRINAIS:

"A Igreja sente com angústia verem processar-se factos que conduzem lentamente até à extinção étnica, cultural e religiosa, a identidade do Povo de Timor Oriental. A Igreja afirma com a força que lhe vem da sua própria missão que - O Povo é soberano do seu próprio destino - " (RH, nº 17; cfr. PP nº 65).

"A Igreja entende este princípio no sentido de que o Povo tem direitos que sempre e em qualquer circunstância é preciso salvaguardar."

"Na nossa época em que têm crescido enormemente a consciência social dos homens, nenhum Povo admite ser governado por outro. Só o respeito efectivo destes direitos legitima um regime".

2ª Parte: - ANÁLISE - Falando dos então nove anos de ocupação e da resistência armada à mesma, afirma o documento:

(...)

"Tudo isto será apenas a manifestação de um grupo ou minoria obstinada, ou revela algo de mais profundo quanto à exigência dos direitos fundamentais de um Povo?"

"A Igreja crê que o Povo de Timor se sente lesado nos seus direitos humanos fundamentais. Entre estes direitos há o do Povo timorense orientar e dirigir o seu próprio destino. Trata-se na verdade, de gerir o seu destino consoante a sua própria identidade".

"O governo indonésio parte do principio de que o Povo de Timor já exerceu o direito à auto-determinação. Porém a Igreja considera que o não se terem verificado as condições necessárias para esse acontecimento, é uma das causas que explica a angustiosa situação vivida pelo Povo timorense durante estes nove anos. Uma guerra que se prolonga durante nove anos não pode atribuir-se à obstinação obcecada duma minoria."

"Como se justificam então as contínuas prisões, desaparecimentos, deportações de milhares de civis ao longo destes nove anos? Se a maioria do Povo timorense já escolheu o seu destino porque é que continua a ser incomodado e eliminado?"

3ª Parte: - CONCLUSÃO - Finalmente, o Concelho Presbiteral e o Administrador Apostólico da Diocese de Dili concluem a sua reflexão para o Dia Mundial da Paz de 1985 com os seguintes apelos:

"Como anteriormente referimos, o que nos move a esta tomada de posição é a consciência de um dever sagrado de fidelidade à própria

missão divina da Igreja e de fidelidade absoluta ao Povo a quem fomos enviados para anunciar a Verdade, a Justiça, o Amor e a Dignidade da Pessoa Humana, segundo o espírito do Evangelho e a doutrina social da Igreja."

"Apelamos com a maior urgência e veemência para que com absoluta lealdade se respeitem os direitos humanos fundamentais e a indentidade étnica, cultural e religiosa do Povo de Timor."

"Apelamos igualmente para que se criem as condições indispensáveis para um diálogo aberto, leal e frutuoso entre as várias partes interessadas na solução do problema, mormente o Povo de Timor universalmente representado através dos actuais movimentos activos quer dentro do território quer no exterior, e livres de qualquer forma de coacção."

Infelizmente estes apelos continuam por atender. E só a pouco e pouco é que alguns grupos, movimentos e sectores da Igreja vão erguendo a sua voz em defesa dos direitos do massacrado povo de Timor Leste.

É o que fazem vários movimentos cristãos das Igrejas da Ásia, em texto a que se vão juntando, em 1987, outros movimentos e grupos católicos e protestantes da Austrália, da América e da Europa (incluíndo Portugal).

Citamos uma das conclusões deste documento:

"Enquanto cristãos comprometidos na promoção da paz e da justiça, estamos preocupados antes de mais com a vida e o sofrimento do povo de Timor Leste. Dado que este extremo sofrimento, após tantos anos, não quebrou a vontade de resistência, é necessário rendermo-nos à evidência de que a força militar não resolverá este conflito. Uma reconciliação duradoura só poderá verificar-se por meio de uma resolução justa, através de negociações em que participarão os representantes do povo timorense".

Mas, apesar de a partir de 1981 a voz da Igreja se ter começado a ouvir, apesar de em 1984 o Papa e os bispos portugueses terem publicamente defendido os direitos do povo de Timor Leste e apelado ao fim das injustiças que tanto o têm afectado, em Agosto de 1986 a Cúria Generalícia de Roma integra os jesuítas de Timor (portugueses) na Província Indonésia.

Alguns meses depois o Padre João Felgueiras, S.J. é substituído pelo Padre José Alves Martins, também jesuíta, como Reitor do Seminário de Dili. Para a vaga deixada assim em aberto no Seminário é nomeado um padre indonésio.

Tendo vindo a Portugal em fins de 1986, quando faleceu uma pessoa da sua família muito próxima, o Padre João Felgueiras é aconselhado, impedido mesmo, por Roma, contra sua vontade e contra vontade dos cristãos de Timor, de regressar ao território nem que seja como simples missionário, em qualquer paróquia ou missão...

No Seminário de Dili fica apenas o Padre Martins e o Irmão Daniel Ornelas. Os lugares vagos estão a ser preenchidos por jesuítas indonésios... tal como no Colégio de S. José (a outra escola onde ainda se ensinava português...).

Também o Assistente Regional dos jesuítas para a Ásia Oriental - que era o Padre Pittav - é substituído por um indonésio, o Padre Paulo Suradibrata...

Apesar disso, o Cardeal Casaroli, quando esteve em Portugal em fins de Abril de 1987, nas poucas declarações públicas que fez, afirmou que a situação da Igreja em Timor-Leste era "suficientemente boa"...

Considerará Sua Excelência Reverendíssima de que a identidade cultural do povo de Timor-Leste - com a qual o Papa se manifestava preocupado em Julho de 1984 - se preserva com a indoneisação da sua Igreja?

Ao vir a Portugal auscultar a posição do Estado Português face a uma eventual integração da Diocese de Dili na Conferência Episcopal Indonésia, ignorará o Secretário de Estado do Vaticano que isso equivaleria ao reconhecimento, por parte da Santa Sé, da integração de Timor-Leste na Indonésia?

E não corresponderia isso a aceitar e a ser cúmplice daquilo a que os bispos portugueses consideraram ser ainda mais grave do que o genocídio físico do povo de Timor-Leste, isto é, ser cúmplice do genocídio cultural deste povo?

Ignorará o Senhor Cardeal Casaroli que, como afirmava a nota da Conferência Episcopal Portuguesa de 28 de Março de 1984 (e voltamos a citar):

"Não obstante implicações de outra natureza que poderiam iventariar-se, é ilusório pensar que, por detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada".

"Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio, digamos, "cultural", este mais grave do que o primeiro, porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras."

Ao afirmar que a situação da Igreja de Timor-Leste era "suficientemente boa", terá o enviado pontifício esquecido que há padres timorenses em Portugal que desejam ir para Timor e são impedidos de o fazer, que o Provincial dos jesuítas portugueses pediu, várias vezes, visto de entrada às autoridades indonésias para ir a Timor visitar os jesuítas portugueses e tal nunca lhe foi concedido? Porque não terá o Cardeal Casaroli tido tempo para receber os padres timorenses e o Provincial dos jesuítas durante a sua estadia em Portugal, como estes lhes solicitaram?

Ter-se-á esquecido dos ataques e destruições provocatoriamente feitos por soldados indonésios a veneradas imagens de Nª Sª em Timor, em princípios de 1987?

Terá o representante do Vaticano esquecido os catequistas presos e torturados, os padres ameaçados, a vigilância e as pressões a que está sujeito o Administrador Apostólico de Dili, o quase completo isolamento e abandono dos católicos e da Igreja de Timor (que mais se acentua com a sua indoneização...), os mais de oitenta mil mortos católicos que a ocupação indonésia já provocou?...

E será com palavras como as que disse à RTP o mais importante membro da hierarquia do Vaticano, logo a seguir ao Papa, e com atitudes como as que Roma está ultimamente a tomar que a Igreja faz ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ele possa, por si, em paz e liberdade, determinar o seu futuro como afirma a nota de 28 de Março de 1984 do Conselho Permanente do Episcopado Português ser seu direito e dever?

ÚLTIMA HORA

Já este trabalho se encontrava pronto para entregar na tipografia quando nos chegou, quando nos chegou, vindo do representante da Fretilin, o correspondente na Austrália Agio Pereira, a seguinte notícia, que reproduzimos sem comentários:

"Partiu ontém (14 de Julho de 1987) para Timor-Leste o Coronel Soenart, comandante dos "boinas vermelhas" (tropas de comandos de elite indonésias) para uma operação especial programada para seis meses, com um efectivo de mil homens."

"Os soldados (boinas vermelhas) partiram em 11 e 12 de Julho em aviões Hércules e estão estacionados em Baucau e Lospalos. O Comandante Soenart (ou Sunart) partiu na Garuda (empresa de aviação indonésia) para Dili em 14 de Julho de 1987".

"O objectivo da operação é capturar o Comandante das Filintil (Forças Armadas da Fretilin), Xanana Gusmão, nem que isso custe a vida

dos mil soldados das tropas especiais".

"O plano dos generais indonésios é propôr como armadilha um cessar fogo para conversações, utilizando a Igreja como intermediária. Durante o encontro de conversações com Xanana Gusmão, os "boinas vermelhas" atacariam as Falantil para as aniquilar".

"De acordo com a mesma fonte o General Suharto (Presidente da Indonésia) prometeu que promoveria Benny Murdani (Comandante-em-chefe das Forças Armadas desse país), caso a operação resultasse em êxito".

BIBLIOGRAFIA

"1" - Manuel Maria Variz
- Índia, Macau, Timor e a Língua Portuguesa, Padrões Imorredoiros de Glória
- Lisboa, 1978.

"2" - Comandante Humberto Leitão
- Os Portugueses em Solor e Timor, de 1515 a 1702.
- Lisboa, 1948.

"3" - António Barbedo de Magalhães
- Timor-Leste, Mensagem aos Vivos
- Limiar, Porto, 1983.

"4" - Paz e Justiça para Timor-Leste
- Timor-Leste, Caminhos para a Paz
- Padre José Lopes Baptista (Editor), Porto, 12986.

"5" - Libertar, CDPM e A Paz é Possível em Timor-Leste
- Timor-Leste 1974-1984
- Lisboa, 1984.

"6" - Em Timor-Leste a Paz é Possível
- Dossier sobre a Igreja em Timor-Leste (1987).

EDIÇÃO DE PAZ E JUSTIÇA PARA TIMOR-LESTE

Pedidos a: Padre José Lopes Baptista
Igreja da Pasteleira
4100 PORTO